

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ação Civil Pública nº 5019030-04.2021.8.24.0018
Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003609-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **JOSÉ VALDECIR ALVES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3209459 SSP/SC, inscrito no CPF 907.973.299-00, com residência na rua Beira Rio, 12, cx 1, Efapi, Chapecó, telefone 49 9 88414940, doravante denominado *comprimissário* ,

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa dos interesses sociais, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput* , da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das

populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente - e, portanto, não edificável - as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

CONSIDERANDO que o Código de Obras de Chapecó determina que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 5019030-04.2021.8.24.0018, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Chapecó, busca obter provimento jurisdicional para demolição da construção realizada pelo compromissário na área de preservação permanente (a menos de 30 metros da margem do rio Taquaruçuzinho, linha Cabeceira da Divisa), a remoção de todos os materiais lá alocados, inclusive os provenientes da demolição, e a recuperação da área degradada;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da área degradada, em razão da construção de

benfeitoria e impedimento à regeneração da vegetação da área de preservação permanente do imóvel localizado na linha Cabeceira da Divisa, interior de Chapecó, coordenadas 22J 332986,32m E / 7002963.69m S.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O compromissário se compromete a remover, em 180 dias, todos as benfeitorias e os materiais (materiais provenientes da demolição, equipamentos, ferramentas) existentes sobre a área de preservação permanente, e, no mesmo prazo, a recuperar a área degradada, mediante a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, previamente aprovado pela Polícia Militar Ambiental de Chapecó;

Parágrafo primeiro - O projeto deverá contemplar a retirada de todos os materiais existentes sobre a área de preservação e o plantio de mudas nativas, na proporção técnica adequada, com a manutenção da área isolada até a integral recuperação.

Parágrafo segundo - A área a ser preservada e recuperada compreende a largura de 30 m a contar da borda da calha do curso hídrico lindeiro ao imóvel (em toda extensão do lote);

Parágrafo terceiro - O compromissário compromete-se a comprovar ao Ministério Público, no prazo do *caput*, o cumprimento das obrigações assumidas;

Cláusula 3ª - O compromissário assume a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão, sem a devida autorização dos órgãos públicos competentes;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 200,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra os compromissários, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 6ª - Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Ministério Público submeterá o presente acordo à apreciação judicial, para homologação, nos autos da Ação Civil Pública nº 5019030-04.2021.8.24.0018.

Chapecó, 1º de novembro de 2021

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

José Valdecir Alves
Compromissário

Micheli Andressa Alves
Defensora Pública